

SERPA

Participações S.A

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2023**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balanços patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Conselheiros e Diretores da
SERPA Participações S.A.
São Paulo - SP**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da SERPA Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da SERPA Participações S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras do exercício anterior

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e respectivas notas explicativas para o exercício findo nessa data, apresentados como valores correspondentes nas demonstrações financeiras do exercício corrente, foram anteriormente auditados por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 20 de fevereiro de 2024, com ressalva, devido ao registro do crédito tributário decorrente da exclusão do ICMS da base de cálculo para incidência de PIS e da Cofins originados da decisão favorável transitada em julgada durante o exercício de 2019, da sociedade investida indireta Caio Induscar- Indústria e Comércio de Carrocerias Ltda.

O montante original de R\$ 77.865 mil, que inclui créditos originados nos exercícios de 2020 e 2021 no montante de R\$ 6.246 mil, foi registrado integralmente no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, não seguindo as orientações do Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Consequentemente, devido ao reflexo na equivalência patrimonial, em 31 de dezembro de 2022, o resultado do exercício naquela data, está apresentado a maior em R\$12.623 mil, líquido dos efeitos tributários.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

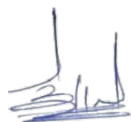
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto – SP, 27 de agosto de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda.

CRC SP-027666/O-5 F SP



Giovani Ricardo Pigatto

Contador CRC 1SP263189/O-7

SERPA Participações S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022		Nota	2023	2022
Ativo				Passivo			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	15	8	Fornecedores	2	-	-
Impostos a recuperar		185	110	Empréstimos e financiamentos	8	-	25.003
Dividendos a receber	5	27.905	25.169	Impostos e contribuições a recolher	4	4	4
Outras contas a receber	6	1.529	2.624	Empréstimos - partes relacionadas	9	1.139	1.137
				Dividendos e juros sobre o capital próprio	5	57.065	30.466
				Outras contas a pagar		1.311	942
Total do ativo circulante		29.634	27.911	Total do circulante		59.520	57.552
Não circulante				Não circulante			
Empréstimos - partes relacionadas	6	25.835	25.786	Empréstimos e financiamentos	8	24.241	-
		25.835	25.786	Provisão para perdas em investimentos	7	1.452	1.426
				Total do não circulante		25.693	1.426
Investimentos	7	403.961	285.303	Total do passivo		85.213	58.978
		403.961	285.303				
Total do ativo não circulante		429.796	311.089	Patrimônio líquido			
				Capital social	10	110.907	110.907
				Reserva legal		13.200	6.414
				Adiantamento para futuro aumento de capital		6.800	6.800
				Reservas de lucros		233.837	149.607
				Ajuste de avaliação patrimonial		10.831	6.294
Total do ativo		459.430	339.000	Total do patrimônio líquido		374.217	280.022
				Total do passivo e do patrimônio líquido		459.430	339.000

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SERPA Participações S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Nota</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas		(28)	(55)
Resultado da equivalência patrimonial	7	117.507	92.500
Resultado operacional		117.479	92.445
Receitas financeiras	12	1.906	7.935
Despesas financeiras	12	(1.652)	(5.080)
Resultado financeiro líquido		254	2.855
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		117.733	95.300
Imposto de renda e contribuição social		(175)	(81)
Lucro líquido do exercício		117.558	95.219
Quantidade de ações ao final do exercício - em milhares		117.707	110.907
Lucro líquido básico e diluído por ação - em R\$		1,00	0,86

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SERPA Participações S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Nota</u>	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro líquido do exercício		117.558	95.219
Outros resultados abrangentes:		<u>10.831</u>	<u>6.294</u>
Total do resultado abrangente		<u>128.389</u>	<u>101.513</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SERPA Participações S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva de lucros			Resultados acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	110.907	-	1.653	81.764	5.750	-	200.074
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	95.219	95.219
Constituição de reserva legal	-	-	4.761	-	-	(4.761)	-
Efeito reflexo de investidas	-	-	-	-	544	-	544
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	6.800	-	-	-	-	6.800
Dividendo mínimo e obrigatório	-	-	-	-	-	(22.615)	(22.615)
Constituição de reserva	-	-	-	67.843	-	(67.843)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	110.907	6.800	6.414	149.607	6.294	-	280.022
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	117.558	117.758
Constituição de reserva legal	-	-	5.878	-	-	(5.878)	-
Efeito reflexo de investidas	-	-	-	-	4.558	-	4.558
Dividendo mínimo e obrigatório	-	-	-	-	-	(27.920)	(27.920)
Constituição de reserva	-	-	-	83.760	-	(83.760)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	110.907	6.800	12.292	233.367	10.852	-	374.218

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SERPA Participações S.A.
Demonstração dos fluxos de caixa – Método indireto
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

		<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro líquido do exercício		117.558	95.219
Ajustes de:			
Equivalência patrimonial	7	(117.507)	(92.500)
Juros e variação cambial de empréstimos e financiamentos	8	(132)	(2.806)
Imposto de renda e contribuição social		175	
Variações nas contas patrimoniais			
Outras contas a receber		-	(102)
Impostos a recuperar		(75)	-
Outras contas a receber		-	(782)
Impostos e contribuições a recolher		(175)	(270)
Outras contas a pagar		146	(611)
Caixa gerado pelas operações		(8)	1.931
Juros pagos		(631)	(542)
Caixa líquido gerados pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(639)	(2.473)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Empréstimos concedidos a partes relacionadas		(49)	-
Empréstimos recebidos de partes relacionadas		2	-
Recebimento pela venda de participações societárias	6	1.319	
Aumento de capital nas investidas		(400)	(14.800)
Dividendos recebidos das investidas		1.095	9.339
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades de investimentos		1.967	(5.461)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	5	(1.321)	-
Captação de empréstimos – partes relacionadas		-	1.137
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	6.800
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos		(1.321)	7.937
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		7	3
Demonstração do aumento caixa e equivalentes de caixa			
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		8	5
Caixa e equivalentes de caixa em 31º de dezembro		15	8
Aumento do caixa e equivalentes de caixa		7	3

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicados de outra forma)

1 Contexto operacional

A SERPA Participações S.A. (“Companhia”) constituída em 02 de julho de 2012, na forma de sociedade empresária limitada. A Companhia foi transformada em sociedade por ações em 07 de julho de 2021, visando realizar a emissão de debêntures para investir no crescimento de seus investimentos. Permanece seu objeto social de participação acionária em outras sociedades na qualidade de sócia, cotista, acionista ou associada para qualquer forma prevista em lei, com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.901, 5º andar, Sala 15 - Torre Oeste, São Paulo, Estado de São Paulo.

A SERPA Participações S.A. participa e é sócia da Companhia RuasInvest S.A. (anteriormente denominada “RuasInvest Participações S.A”), no primeiro trimestre de 2023, a administração mudou o nome da Sociedade para RUASINVEST S.A., cujo percentual de participação no capital social é de 33,33%, todas as decisões relevantes são feitas de forma compartilhada entre a Companhia e os demais sócios, independente do percentual de participação, por esse motivo, de não possuir controle, a Companhia divulga suas demonstrações financeiras somente de forma individual, ou seja, não apresenta as demonstrações financeiras consolidadas.

A Companhia ainda participa e é sócia de outras empresas cujos percentuais de participação no capital social variam de 0,0297% a 39,7042% (controladas em conjunto e/ou coligadas – Nota explicativa nº 7), no entanto todas as decisões relevantes são feitas de forma compartilhada entre a Companhia e os demais sócios, independente do percentual de participação.

2 Políticas contábeis materiais

Novas políticas contábeis materiais adotadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

i) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação

A Companhia adotou o imposto diferido relacionado a ativos e passivos que surgem de uma única transação (alterações ao CPC 32) a partir de 1º de janeiro de 2024. As alterações restringem o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos para desativação e restauração.

A administração avaliou os possíveis impactos dessa política, e não há impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

ii) Imposto mínimo complementar global

A Companhia adotou a Reforma Tributária Internacional - Regras do Modelo do Pilar Dois (alterações ao CPC 32) quando da sua publicação. As alterações fornecem uma exceção obrigatória temporária da contabilização de impostos diferidos para o imposto adicional, que entra em vigor imediatamente, e exigem novas divulgações sobre a exposição ao Pilar Dois. A exceção obrigatória se aplica retrospectivamente. No entanto, como nenhuma nova legislação para implementar o imposto adicional foi promulgada ou substancialmente promulgada em 31 de dezembro de 2023 em qualquer jurisdição em que a Companhia opera e nenhum imposto diferido relacionado foi reconhecido nessa data, a aplicação retrospectiva não tem impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

iii) Informação de políticas contábeis materiais

a Companhia também adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º de janeiro de 2023. Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações das políticas contábeis divulgadas nas demonstrações financeiras. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". As alterações também fornecem orientação sobre a aplicação da materialidade à divulgação de políticas contábeis, ajudando as entidades a fornecerem informações úteis sobre políticas contábeis específicas da entidade que os usuários precisam para entender outras informações nas demonstrações financeiras. A administração revisou as políticas contábeis e atualizou as informações divulgadas na nota explicativa nº 2 Políticas contábeis materiais (2022: Resumo das principais políticas contábeis) em determinados casos, de acordo com as alterações.

a Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas informações contábeis, salvo indicação ao contrário.

Além disso, a Companhia adotou a Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26) a partir de 1º de janeiro de 2023. As alterações exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais", em vez de "significativas". Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações sobre políticas contábeis divulgadas em determinados casos.

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente na preparação das demonstrações financeiras, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

2.1 Base de apresentação

2.1.1 Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

2.1.2 Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração da Companhia 27 de agosto de 2024.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

2.2.1 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.2.2 Moeda estrangeira

2.2.2.1 Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

2.2.2.2 Operações no exterior

Os ativos e passivos das operações no exterior são convertidos para reais pela taxa de câmbio da data do balanço, e as correspondentes demonstrações do resultado são convertidas pela taxa de câmbio média do período. As diferenças cambiais resultantes da referida conversão são contabilizadas separadamente no patrimônio líquido.

2.2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas brasileiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relações a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras e incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas na nota explicativa nº 13 - Instrumentos Financeiros.

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

2.2.4 Coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados individualmente nas demonstrações financeiras.

Os investimentos em coligadas e joint ventures são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo.

A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas e joint ventures é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada ou joint venture for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas e joint ventures são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Se a participação societária na coligada for reduzida, mas for retida influência significativa, somente uma parte proporcional dos valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, quando apropriado.

Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.2.5 *Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas ao valor justo, considerando os rendimentos proporcionalmente auferidos até as datas de encerramento dos períodos.

2.2.6 *Partes relacionadas*

A Companhia faz transações financeiras com suas controladas cujos recursos são aplicados nas atividades de investimento. As operações realizadas não provocam prejuízos aos acionistas não controladores nem, em prejuízo da Companhia, favorecimento de sociedade coligada e controladora ou controlada. Adicionalmente, a Companhia faz transações financeiras com outras partes relacionadas não controladas, cujas condições pactuadas dependem dos montantes, prazos e demais variáveis. As condições contratadas seguem usualmente as praticadas no mercado, sem que haja perda ou favorecimento entre as partes.

2.2.7 *Outras contas pagar*

A Companhia faz o diferimento sobre os juros a receber de transações entre partes relacionadas oriundas de venda de cotas de participação, reconhecendo no resultado no momento da liquidação integral do contrato.

2.3 Instrumentos financeiros

2.3.1 Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático são mensuradas pelo preço de transação determinado de acordo com o CPC 47.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento.

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos.

Os ativos financeiros da Companhia referem-se a caixa e equivalentes de caixa.

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa e os depósitos bancários de curto prazo de liquidez imediata, resgatáveis em 90 dias a partir de sua emissão, prontamente conversíveis em um montante conhecido como caixa e com risco insignificante de mudança de seu valor.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- (i) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram.
- (ii) A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Neste caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as

obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre (i) o valor do ativo e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

2.3.2 **Passivos financeiros**

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou empréstimos e financiamentos, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Desreconhecimento (baixa)

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar, mensurados ao custo amortizado.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

2.3.3 **Compensação de instrumentos financeiros**

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Classificação corrente versus não corrente

Os ativos e passivos são registrados no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade.
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço.
- É caixa ou equivalente de caixa.
- Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade.
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado.
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço.
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais passivos são classificados no não circulante.

a. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social são calculados com base nas alíquotas efetivas do imposto de renda e da contribuição social sobre lucro líquido.

b. Apuração de resultado

As receitas e despesas estão demonstradas obedecendo ao regime da competência.

c. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos incrementais atribuídos diretamente à emissão de novas ações ou opções são reconhecidos no patrimônio líquido como dedução, líquida de impostos, dos recursos obtidos.

Dividendos mínimos obrigatórios

Os dividendos mínimos obrigatórios são reconhecidos como passivo quando designados, conforme estabelecido no Estatuto Social da Companhia.

3 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a) Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com covenants (alterações ao CPC 26)

As alterações, emitidas em 2020 e 2022, visam esclarecer os requisitos para determinar se um passivo é circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos não circulantes que estão sujeitos a **covenants** futuros. As alterações se aplicam aos exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024. Conforme divulgado na nota explicativa nº 8, a Companhia não possui contratos sujeitos a **covenants**.

b) Acordos de financiamento de fornecedores ("Risco Sacado") (alterações ao CPC 26 e CPC 40)

As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores ("Risco Sacado") que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliarem os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. As alterações se aplicam a períodos anuais com início em ou após 1º de

janeiro de 2024. A Companhia não espera que ocorra impactos significativos, visto que não possui operações de risco sacado.

c) Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Passivo de arrendamento em uma venda e *leaseback* (alterações ao CPC 06).
- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02).

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Aplicações financeiras de liquidez imediata (i)	15	8
	<u>15</u>	<u>8</u>

- (i) As aplicações financeiras correspondem a instrumentos de alta liquidez e sem risco de alteração significativa de mudança de valor, deste modo, foram classificados como caixa e equivalentes de caixa para fins de demonstração do fluxo de caixa. Esses títulos referem-se a aplicações financeiras realizadas em Certificados de Depósito Bancário - CDB, em banco de primeira linha, remunerados a taxa de 100% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI em 2023 e 2022 .

5 Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber e a pagar

a. A receber

	2023	2022
RuasInvest S.A.	27.905	25.169
	<u>27.905</u>	<u>25.169</u>

Movimentação dos saldos

	2023	2022
Saldo em 31 de dezembro	25.169	12.236
Dividendos recebidos da RuasInvest S.A.	(1.095)	(9.339)
Aumento de capital na investida RuasInvest S.A.	(24.166)	-
Dividendo mínimo obrigatório a receber	27.997	22.272
Saldo em 31 de dezembro	27.905	25.169

No exercício de 2023, a investida RuasInvest Participações S.A. registrou em seu balanço dividendo mínimo obrigatório a pagar no montante de R\$83.992 (2022 - R\$66.816). Consequentemente, a Companhia registrou o valor de R\$27.997 (2022 - R\$22.272) referente à participação acionária de 33,33%.

b. A pagar

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Paulo José Dinis Ruas	57.008	30.436
Sines Investimentos Ltda.	<u>57</u>	<u>30</u>
	57.065	30.466

A movimentação dos dividendos a pagar no período é como segue:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Saldo inicial	30.466	7.851
Dividendos pagos	(1.321)	-
Dividendo mínimo obrigatório	<u>27.920</u>	<u>22.615</u>
Saldo final	57.065	30.466

6 Outras contas a receber - Partes relacionadas

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Sines Investimentos Ltda. (i)	25.738	25.759
Tondela Investimentos Ltda.	27	27
RuasInvest S.A. (ii)	1.441	2.472
SF 174 Part. Societárias S.A.	70	70
RuasInvest Empreendimentos Imobiliários S.A.	<u>88</u>	<u>82</u>
	27.365	28.410
Circulante	1.529	2.624
Não circulante	25.835	25.786

- (i) A Companhia possui o saldo de R\$25.738 (2022 - R\$25.759), referente a adiantamentos efetuados para a coligada. A Administração da sociedade está avaliando a formalização e integralização como capital social dentro dos próximos 36 meses.
- (ii) Em dezembro de 2021 foi celebrado o segundo aditivo contratual referente a venda da participação societária na Queluz Participações Ltda. para a RuasInvest S.A (anteriormente denominada RuasInvest Participações S.A), prorrogando o pagamento da primeira parcela para dezembro de 2022. A participação foi vendida pelo montante de R\$5.467, sendo corrigido por juros de 3,15% a.a. e atualização de CDI. No exercício de 2024 foi recebido o montante de R\$ 1.319. O saldo a receber dessa transação, em 31 de dezembro de 2023 é no montante de R\$1.441 com vencimento em dezembro de 2024.

7 Investimentos

(i) Saldos

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
RuasInvest S.A. (a)	389.414	270.805
Sines Investimentos Ltda..	349	467
FR3 Participações Ltda.	7.135	7.203
RuasInvest Empreendimentos Imobiliários Ltda.	<u>7.063</u>	<u>6.827</u>
	403.961	285.303

Em dezembro de 2022 foi aprovado a integralização do capital social da RuasInvest S.A no montante de R\$20.400, dos quais foram integralizados pela Serpa o montante de R\$6.800, o que corresponde ao seu percentual de participação de 33,33%.

O investimento na RuasInvest S.A. em 2023 refere-se a 154.632.302 ações subscritas e integralizadas (em 2022 - 143.666.667), que correspondem a 33,33% de participação no patrimônio líquido.

2023

Acionistas	Quantidade de ações	Capital Subscrito	Capital Integralizado	Participação em %
SERPA Participações S.A.	<u>154.632.302</u>	<u>154.632</u>	<u>154.632</u>	<u>33,33%</u>
	<u>154.632.302</u>	<u>154.632</u>	<u>154.632</u>	<u>33,33%</u>
2022				
Acionistas	Quantidade de ações	Capital subscrito	Capital Integralizado	Participação em %
SERPA Participações S.A.	<u>143.666.667</u>	<u>143.666</u>	<u>123.666</u>	<u>33,33%</u>
	<u>143.666.667</u>	<u>143.666</u>	<u>123.666</u>	<u>33,33%</u>

(ii) Movimentação dos investimentos

A movimentação dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 está demonstrada a seguir:

SERPA Participações S.A.
Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2023

	Participação	2022	Equivalência patrimonial	Efeito reflexo de investidas	Distribuição de lucros	Aquisição / (Baixa)	Mutações no PL	2023
RuasInvest S.A. (i)	33,33%	270.805	117.884	4.558	(27.997)		24.166	389.414
Sines Investimentos Ltda.	18,92%	467	(118)	-	-	-	-	349
Ama Waters Ind. e Com. de Bebidas	39,7042%	(1.426)	(26)	-	-	-	-	(1.452)
FR3 Participações Ltda.	33,33%	7.203	(68)	-	-	-	-	7.135
RuasInvest Empreend. Imobiliários Ltda	33,33%	6.827	(164)	-	-	-	400	7.063
Saldos em 31 de dezembro		<u>283.877</u>	<u>135.665</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>18.966</u>	<u>402.509</u>
Classificado como investimentos		285.303						403.961
Classificado como passivo a descoberto em investimentos		<u>(1.426)</u>						<u>(1452)</u>
		<u>283.878</u>						<u>402.509</u>

	Participação	2021	Equivalência patrimonial	Efeito reflexo de investidas	Distribuição de lucros	Aquisição / (Baixa)	Mutações no PL	2022
RuasInvest Participações S.A. (i)	33,33%	191.082	94.651	544	(22.272)	-	6.800	270.805
Sines Investimentos Ltda.	18,92%	1.430	(963)	-	-	-	-	467
Ama Waters Ind. e Com. de Bebidas	39,7042%	(1.422)	(4)	-	-	-	-	(1.426)
FR3 Participações Ltda.	33,33%	7.214	(11)	-	-	-	-	7.203
Ambientaltrans Participações Ltda	0,0297%	1	(1)	-	-	-	-	1
RuasInvest Empreend. Imobiliários Ltda	33,33%	8.000	(1.173)	-	-	-	8.000	6.827
Saldos em 31 de dezembro		<u>198.305</u>	<u>92.500</u>	<u>544</u>	<u>(22.272)</u>	<u>-</u>	<u>14.800</u>	<u>283.877</u>
Classificado como investimentos		199.727						285.303
Classificado como passivo a descoberto em investimentos		<u>(1.422)</u>						<u>(1.426)</u>
		<u>199.727</u>						<u>283.878</u>

- (i) Em 04 de março de 2022, a Companhia, em conjunto com as coligadas Amarante Participações S.A. e MJR Participações S.A. constituiu uma sociedade limitada denominada RuasInvest Empreendimentos Imobiliários Ltda, cada sócio possui 33,33% do capital social subscrito, com a finalidade de participação em outras sociedades.

A sociedade RuasInvest S.A. possui participação de 49% na sociedade Caio Induscar (investida indireta da Companhia), sendo que essa possui ações no âmbito judicial para recuperação dos valores tributados na inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS. Em 13 de maio de 2021 o STF decidiu que o ICMS destacado na nota fiscal pode ser excluído da base de cálculo do PIS e da COFINS com efeitos retroativos a 15 de março de 2017. Após o julgamento dos embargos dedeclaração e modulação pelo STF, foi possível a sociedade ter elementos suficientes para a mensuração confiável do valor do crédito tributário a ser efetivamente recuperado e reconhecido. O processo da Caio teve seu trânsito em julgado no dia 15 de agosto de 2019. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Caio finalizou o levantamento do cálculo dos referidos créditos tributários, reconhecendo em 31 de dezembro

de 2022, o montante de R\$ 106.787, que inclui atualização monetária referente ao exercício findo nessa data no montante de R\$ 1.757. O montante original dos referidos créditos equivale a R\$ 77.865, que inclui créditos originados nos exercícios de 2020 e 2021, no montante de R\$ 6.246.

(iii) Informações relevantes das investidas

	Ativo		Passivo		Patrimônio líquido		Resultado do exercício	
Empresas	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
RuasInvest S.A.	1.664.834	1.117.777	496.592	305.363	1.168.242	812.414	353.652	281.331
Sines Investimentos Ltda.	92.068	72.790	90.222	70.320	1.845	2.470	(5.474)	(4.350)
Ama Waters Ind. e Com. de Bebidas	2.027	570	5.685	4.165	(3.657)	(3.595)	(1.645)	(136)
FR3 Participações Ltda.	21.409	21.614	4	4	21.405	21.610	(205)	3
RuasInvest Empreend. Imobiliários	21.433	20.725	1.444	245	1.168.242	20.480	353.652	(3.520)
	Ativo		Passivo		Patrimônio líquido		Resultado do exercício	
Empresas	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021
RuasInvest Participações S.A.	1.117.777	895.134	305.363	321.889	812.414	573.245	281.331	103.305
Sines Investimentos Ltda.	72.790	64.856	70.320	57.296	2.470	7.560	(4.350)	(4.353)
Ama Waters Ind. e Com. de Bebidas	570	478	4.165	4.049	(3.595)	(3.571)	(136)	(131)
FR3 Participações Ltda.	21.614	21.671	4	28	21.610	21.643	3	(115)
RuasInvest Empreend. Imobiliários	20.725	-	245	-	20.480	-	(3.520)	-

8 Empréstimos

a. Saldos

Modalidade	Garantia	Instituição financeira	Encargos	Vencimento	2023	2022
Cédula de crédito bancário	Aval	Santander	1,94% a.a.	set/26	24.241	25.003
					24.241	25.003
				Circulante	-	25.003
				Não circulante	24.241	-

Refere-se a cédula de crédito bancário celebrado com o Banco Santander, em 21 de setembro de 2021, em moeda estrangeira no montante de Euro 4.466.000, remunerados a 1,94% a.a. com pagamento de juros semestrais.

Em 14 de setembro de 2023 foi celebrado o aditamento do contrato de empréstimo no montante de EUR 4.466.000, remunerados a 4,2374% ao ano, com vencimento de principal e juros em 14 de setembro de 2026.

O contrato não prevê atingimento de determinados índices financeiros, tendo como garantias aval do acionista e *Standby Letter of Credit* junto à instituição financeira credora.

b. Reconciliação da dívida líquida

	2023	2022
Empréstimos	24.241	25.003
Total da dívida	24.241	25.003
Caixa e equivalentes de caixa	(15)	(8)
Total da dívida líquida	24.226	24.995

Empréstimos

Dívida líquida em 31 de dezembro de 2021	28.430
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa	
Pagamento de juros	(542)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa	
Apropriação de juros	226
Variação cambial	(3.111)
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2022	25.003
Movimentações que afetaram o fluxo de caixa	
Pagamento de juros	(631)
Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa	
Apropriação de juros	682
IR sobre empréstimos	175
Variação cambial	(989)
Dívida líquida em 31 de dezembro de 2023	24.241

9 Empréstimos - Partes relacionadas

Parte relacionada - A pagar	Modalidade	Encargos	Vencimento	2023	2022
APM	Mútuo	Sem encargos	Sem vencimento	1.139	1.137
				<u>1.139</u>	<u>1.137</u>

10 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social subscrito estava distribuído entre os acionistas da seguinte forma:

2023				
Acionistas	Ações	Capital subscrito	Capital integralizado	Participação em %
Paulo José Dinis Ruas	117.598.456	117.598	110.798	99,90%
Sines Investimentos Ltda.	<u>109.000</u>	<u>109</u>	<u>109</u>	<u>0,10%</u>
	<u>117.707.456</u>	<u>117.707</u>	<u>110.907</u>	<u>100,00%</u>
2022				
Acionistas	Ações	Capital subscrito	Capital Integralizado	Participação em %
Paulo José Dinis Ruas	110.798.456	110.798	110.798	99,90%
Sines Investimentos Ltda.	<u>109.000</u>	<u>109</u>	<u>109</u>	<u>0,10%</u>
	<u>110.907.456</u>	<u>110.907</u>	<u>110.907</u>	<u>100,00%</u>

Em julho de 2021 a Companhia foi transformada de sociedade limitada para sociedade por ações, passando a constituir reserva legal e de lucros, bem como passando a distribuir dividendo mínimo obrigatório conforme previsto na Lei das S.A..

b. Reserva legal

Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social. A companhia poderá deixar de constituir a reserva legal no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por ações, exceder de 30% (trinta por cento) do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

c. Distribuição dos lucros (dividendos) e Juros sobre Capital Próprio (JCP)

Conforme descrito no estatuto social da Companhia, os acionistas decidiram pela destinação dos dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes a 25% do lucro líquido dos exercícios, após a destinação de 5% para a reserva legal. Por deliberação da diretoria, o saldo remanescente será destinado para a reserva de retenção de lucros, para futuras destinações, conforme for deliberado

pelos acionistas em AGO. Por consequência, o saldo de reservas de lucros que excede ao capital social encontra-se a disposição dos acionistas para deliberação na próxima AGO.

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	117.558	95.219
Constituição da reserva legal (5%)	5.878	4.761
Base de cálculo dos dividendos	111.680	90.458
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	27.920	22.615
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	25%	25%

d. Resultado por ação

O resultado por ação é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia pela quantidade média ponderada de ações em circulação durante o exercício.

	2023	2022
Numerador		
Lucro atribuível aos acionistas da Companhia	117.558	95.219
Denominador		
Média ponderada do número de ações no exercício	117.707	110.907
Resultado por ação		
Lucro básico e diluído por ação	1,00	0,86

11 Despesas gerais e administrativas

As despesas dos exercícios foram reconhecidas integralmente pelo regime de competência.

	2023	2022
Serviços de terceiros	2	36
Serviços de auditoria	25	19
	27	55

12 Resultado financeiro, líquido

	2023	2022
Receitas financeiras		
Variação cambial ativa	1.906	7.935
	1.906	7.935
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos bancários	(682)	(583)
Variação cambial passiva	(917)	(4.470)
Outras	(52)	(27)
	(1.651)	(5.080)
Resultado financeiro, líquido	255	2.855

13 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas definidas pela Administração da Companhia.

Gerenciamento de risco financeiro

Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposta os seguintes riscos:

- Risco de liquidez;
- Risco de moeda; e
- Risco de taxas de juros.

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, as práticas e os processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo dessas demonstrações financeiras.

(i) **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Tipicamente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 30 (trinta) dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

A seguir estão as maturidades contratuais dos passivos financeiros:

	Valor contábil	Valor futuro
Empréstimos e financiamentos	24.241	27.445
Dividendos a pagar	57.065	57.065
Outras a pagar	1.311	1.311
	<u>82.617</u>	<u>85.821</u>

O valor futuro foi calculado a partir da despesa financeira bruta não levando em consideração a incidência de tributos e o fluxo de vencimento do contrato. A data base utilizada foi 31 de dezembro de 2022 projetando os índices até 31 de dezembro de 2023.

(ii) **Risco de moeda**

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras na contratação de instrumentos financeiros.

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis.

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentava a seguinte exposição à variação cambial de passivos denominados em euros:

Valor da dívida em R\$ 31/12/2023	Valor da dívida em Euros 31/12/2023	Valor futuro em Euros	Análise de sensibilidade da taxa de câmbio				
			R\$/ Euros 31/12/2023	Cenários			
24.241	4.532	5.131	5,349	20%	50%	-20%	-50%
				6,42	8,02	4,28	2,67
			Valor a pagar	32.932	41.165	21.955	13.722

(a) Conforme nota explicativa nº 8, a taxa de juros do contrato de empréstimo em euros é de 4,2375% a.a.

(iii) **Risco de taxa de juros**

Gestão do capital

A política da Administração da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total.

Não houve alterações na abordagem da Companhia referente a administração de capital durante o ano.

Classificação dos instrumentos financeiros

A classificação dos instrumentos financeiros está apresentada no quadro abaixo a seguir, e não existem instrumentos financeiros classificados em outras categorias além das informadas.

	2023	2022
Ativos financeiros ao custo amortizado		
Aplicações financeiras	15	8
Outras contas a receber	27.694	28.410
	27.708	28.418
Passivos financeiros ao custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	24.241	25.003
Empréstimos - partes relacionadas	1.139	1.137
Outras contas a pagar	1.311	942
	26.691	27.082

Mensuração do valor justo

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os valores de mercado dos instrumentos financeiros “não derivativos” obtidos através da metodologia acima, aproximam-se dos seus valores registrados ao custo amortizado, conforme tabela acima.

O CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Companhia, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não observáveis. O CPC 40 descreve os três níveis de informações que devem ser utilizadas mensuração ao valor justo:

- Nível 1 - preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2 - outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis e que podem ser utilizadas de forma indireta (derivados dos preços);
- Nível 3 - informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia estão todos classificados no nível 2.

14 Eventos subsequentes

Em 7 de março de 2024 a Companhia protocolou a Ata do aumento de capital da Companhia mediante a emissão de 6.800.000 ações ordinárias nominativas no montante de R\$ 6.800 na Junta Comercial do Estado de São Paulo, oriunda de saldo de adiantamento para futuro aumento de capital.

Paulo José Dinis Ruas
Diretor Presidente

Cássia Casamassa Fonseca
Controller CRC 1SP 255.695/O-7